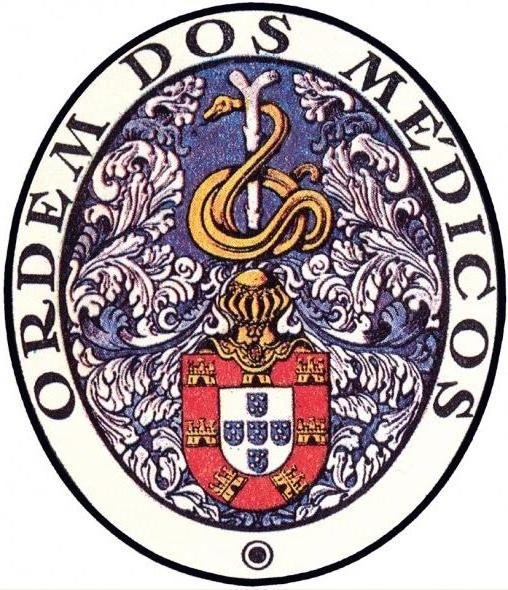
****

**Ordem dos Médicos**

**Direcção do Colégio da Especialidade de Saúde Pública**

**AVALIAÇÃO FINAL DE INTERNATO**

REGRAS ESPECÍFICAS E PROCEDIMENTOS DAS PROVAS DA AVALIAÇÃO FINAL DO INTERNATO MÉDICO DE SAÚDE PÚBLICA

A Avaliação Final de Internato de qualquer uma das especialidades do internato médico é constituída por três provas, públicas e eliminatórias: prova de discussão curricular, prova prática, e prova teórica. As três provas devem decorrer genericamente de acordo com o Regulamento do Internato Médico, com as excepções ou especificações constantes do Programa de Formação e dos detalhes constantes do presente documento.

**1. Prova de discussão curricular**

1.1. A prova curricular consta de duas partes: leitura, avaliação e classificação do *curriculum vitae* entregue pelo médico Interno; e discussão do mesmo.

1.1.1. A classificação resultante do referido no ponto anterior resulta da média ponderada entre a classificação obtida no documento (a que é atribuída ponderação 1) e a classificação obtida à discussão do mesmo (a que é atribuída ponderação 2).

1.2. Os elementos a considerar na avaliação do currículo escrito são, com a valorização expressa, obrigatoriamente os seguintes:

**A.** APRECIAÇÃO ESPECÍFICA DOS FACTOS CURRICULARES (0 a 10 valores)

|  |  |
| --- | --- |
| Itens a classificar | Intervalo de classificação  (em valores) |
| 1. Participou na identificação das necessidades de saúde da população da área de influência da USP/ACES/ULS | 0 - 1,5 |
| 2. Participou no planeamento de atividades (projectos, programas) da USP/ACES/ULS, sua monitorização e avaliação | 0 - 1,5 |
| 3. Executou ou participou em actividades de vigilância epidemiológica durante todo (deve ser explicitado no documento) o tempo de permanência na USP: | |
| 3.1. Doenças (DDO, TAC, evitáveis pela vacinação, outras doenças) | 0 – 1 |
| 3.2. Factores determinantes ambientais: água, ar ou outros | 0 – 1 |
| 3.3. Saúde, segurança e higiene de estabelecimentos (restauração, escolares, indústria, privados de saúde, etc.) | 0 – 1 |
| 4. Desenvolveu ou participou em programas intersectoriais de intervenção | 0 – 2 |
| 5. Participou na avaliação dos serviços/cuidados prestados | 0 - 1,3 |
| 6. Participou na formação de outros profissionais no âmbito da saúde pública (formação em serviço) | 0 - 0,7 |

*Notas:* USP – Unidade de Saúde Pública; ACES – Agrupamento de Centros de Saúde;

ULS – Unidade Local de Saúde; DDO – Doenças de declaração obrigatória; TAC – Toxinfecção alimentar colectiva.

**B.** VALORIZAÇÃO CURRICULAR (0 a 5 valores)

|  |  |
| --- | --- |
| Itens a classificar | Intervalo de classificação |
| **B1.** Formação ministrada (subtotal: 0 - 1 valores) | |
| 7. Executou formação no âmbito da saúde de modo avulso | 0 - 0,3 |
| 8. Executou formação continuada (curso ou módulos de curso) no âmbito da saúde (docência em saúde) | 0 - 0,7 |
| **B2.** Formação recebida (subtotal: 0 - 1,5 valores) | |
| 9. Jornadas, congressos, seminários (formação avulsa) | 0 - 0,3 |
| 10. Formação estruturada em Saúde Pública (curso específico, mestrado ou similar) | 0 - 1,2 |
| **B3.** Apresentação e publicação de trabalhos (subtotal: 0 - 2,5 valores) | |
| 11. Apresentou publicamente trabalhos no ACES/USP | 0 - 0,2 |
| 12. Apresentou publicamente e oralmente trabalhos em congressos, jornadas, etc. | 0 - 0,3 |
| 13. Apresentou *poster* em congressos, jornadas, etc. | 0 - 0,3 |
| 14. Publicou trabalhos em revistas do âmbito do serviço (ACES/USP, ARS, DGS, etc.) | 0 - 0,3 |
| 15. Publicou trabalhos em revistas sujeitas a *peer-review* (revisão por pares), preferencialmente indexadas | 0 - 1,1 |
| 16. Elaborou trabalho(s) escrito de interesse local e extra programa de formação (trabalho não publicado) | 0 - 0,3 |

**C.** APRECIAÇÃO GLOBAL DO CURRICULUM (0-5 valores)

|  |  |
| --- | --- |
| Itens a classificar | Intervalo de classificação |
| **C1.** Conteúdo da formação (subtotal: 0 - 3,5 valores) | |
| 17. Descreveu e analisou claramente a evolução da formação ao longo do Internato | 0 – 1 |
| 18. Demonstrou ter percebido claramente os objectivos dos estágios | 0 – 1 |
| 19. Descreveu e analisou o contributo pessoal para os serviços e o funcionamento dos mesmos | 0 - 0,5 |
| 20. Descreveu actividades privilegiando: | |
| 20.1. A perspectiva populacional | 0 - 0,5 |
| 20.2. O trabalho intersectorial | 0 - 0,5 |
| **C2.** Escrita técnica (subtotal: 0 - 1,5 valores) | |
| 21. Terminologia e linguagem técnica | 0 - 0,8 |
| 22. Correcção do documento (coesão do discurso, gralhas, duplicação de factos, etc.) | 0 - 0,7 |
| Total (A + B + C) | 0 - 20 valores |

1.3. A classificação final ponderada obtida na frequência dos estágios que constituem o Programa de Formação, e prevista no artigo 68.º do Regulamento do Internato Médico, tem, em caso de aprovação na apreciação e discussão curricular, um peso de 50 % na classificação final da Prova de Discussão Curricular.

1.4. Os três exemplares impressos do documento, previstos no n.º 4 do artigo 64.º do Regulamento do Internato Médico, devem ser entregues encadernados, seguindo as regras de apresentação de trabalhos técnicos na área biomédica, o mesmo se aplicando às duas cópias a entregar em formato electrónico (PDF).

1.5. O documento do *curriculum vitae* deve ter, no máximo, 30 páginas (impressas apenas numa das faces do papel: uma página por folha), não se considerando neste número apenas a capa, a folha de rosto e os Anexos.

1.6. A qualidade do documento entregue, nomeadamente a sua correcção técnica e apresentação, é considerada na classificação da prova (ver o disposto em C2 do ponto 1.2.).

**2. Prova prática**

Escrita, constituída por perguntas (fechadas e abertas) que incidem sobre a contextualização e operacionalização das disciplinas que fundamentam o exercício técnico da especialidade.

**3. Prova teórica**

3.1. Oral.

3.2. Os assuntos sobre os quais pode versar a prova teórica são, entre outros, os seguintes:

a) Fundamentos, conceitos e técnicas de epidemiologia e demografia;

b) Princípios e técnicas de planeamento em saúde;

c) Metodologia da investigação em saúde, particularmente da investigação epidemiológica (incluindo conceitos e métodos estatísticos que a fundamentam);

d) Descrição e interpretação do nível de saúde da população e dos grupos que a integram;

e) Medidas de protecção específica de uma população;

f) Doenças transmissíveis e doenças crónicas, transição epidemiológica;

g) Vigilância e controle de riscos ambientais;

h) Fundamentos técnicos da intervenção da autoridade de saúde;

i) Factores determinantes da saúde e valorização do seu contributo na ocorrência da doença e incapacidade nas populações;

j) Factores favorecedores do nível de saúde e contribuição para a sua potenciação;

k) Prevenção em saúde e promoção de comportamentos saudáveis;

l) Qualidade dos serviços e instituições, no que se refere às actividades de promoção da saúde e prevenção da doença, aos cuidados prestados e aos resultados obtidos.

## CURRICULUM VITÆ

SUGESTÕES DE APRESENTAÇÃO

Um *Curriculum vitae* é um documento que descreve, fundamenta e, por vezes, interpreta um percurso individual, habitualmente profissional.

Reflectindo um percurso e sendo, na maior parte das situações, escrito para dar resposta a uma exigência concreta (concursos de habilitação e provimento, provas académicas), um *curriculum* nunca é um documento definitivo ou que possa ser usado *pronto a vestir* em qualquer situação.

Terá, pois, que ir sendo actualizado, uma vez que a trajectória e o amadurecimento profissional vão criando novos factos e modificando a importância e a interpretação que atribuímos a alguns deles. Por outro lado, o *curriculum* deve ser concebido e escrito para o fim a que se destina: as regras de um concurso de habilitação, em que se procura avaliar se um candidato possui os conhecimentos e as aptidões compatíveis com uma especialização, não focam necessariamente os mesmos aspectos avaliados num concurso de provimento, no qual se procura decidir sobre a capacidade de um indivíduo para exercer tarefas específicas.

No caso do Internato Medico de Saúde Pública (IMSP), o *curriculum vitae* tem como finalidade servir de suporte à **Prova de Discussão Curricular** da Avaliação Final de Internato. A prova curricular destina-se, de acordo com a legislação sobre a matéria, a avaliar o percurso profissional do candidato ao longo do processo formativo e consiste na apreciação e discussão do *curriculum vitae* apresentado.

A concepção do *curriculum vitae*, qualquer que seja o modelo de apresentação escolhido, deve ter em consideração estas premissas, pois a valorização do documento e a sua posterior discussão centrar-se-ão no modo como cada médico Interno assimilou e maneja os fundamentos, as aptidões e as atitudes específicas a um especialista em Saúde Pública.

A seguir se apresentam algumas sugestões para nortear a concepção e apresentação deste documento, notas que não dispensam o estudo e a consulta da bibliografia específica.

ESTRUTURA POSSÍVEL PARA APRESENTAÇÃO DE *CURRICULUM VITAE*

**1. INFORMAÇÕES GERAIS** (identificação geral e profissional; dados de documento de identificação; contactos do candidato).

**2. FORMAÇÃO PRÉ E PÓS-GRADUADA**

2.1. Trajectória profissional até ao IMSP (incluindo, eventualmente, os factores que favoreceram e condicionaram essa trajectória).

2.2. Formação adquirida através do exercício profissional.

**3. INTERNATO MÉDICO DE SAÚDE PÚBLICA**

**3.1. Aspectos gerais**

Antes ou após a descrição detalhada de cada uma das áreas de formação e estágios, ou de outras actividades empreendidas durante a formação, será útil uma análise global do processo formativo, visto como um todo e focando, entre outros possíveis os seguintes aspectos gerais:

3.1.1. Descrição e análise da evolução da formação (capacidade técnica e conhecimentos) ao longo do Internato.

3.1.2. Evolução de atitudes e comportamentos profissionais, face aos cuidados de saúde primários como nível de cuidados e, particularmente, face à saúde pública como área de intervenção específica.

3.1.3. Inter-relação Interno/Unidade de Saúde Pública ou em outros Serviços nos quais estagiou (nos seus múltiplos aspectos, incluindo a repercussão da actividade do Interno nos serviços e nos cuidados prestados, quando for pertinente).

**3.2. Aspectos específicos**

3.2.1. Áreas de formação e estágios: Motivos para a escolha dos temas desenvolvidos; de como decorreu o seu desenvolvimento; consequências do trabalho desenvolvido em termos formativos, repercussão nos serviços. Análise crítica de todos estes aspectos.

3.2.1.1. Curso de Especialização em Saúde Pública (Unidade Formativa 2): local onde foi frequentado; classificação final obtida; resumo dos principais trabalhos, particularmente dos executados individualmente. Análise crítica de todos estes aspectos.

3.2.2. Outras actividades

a) Participação nos objectivos da Unidade de Saúde Pública e do ACES/ULS;

b) Participação em actividades de nível populacional;

c) Participação na formação (incluindo docência);

d) Participação em acções de formação relevantes para a formação (jornadas, congressos, seminários, etc.; sua duração e quando for caso disso classificação obtida);

e) Trabalhos apresentados (localmente, em congressos e jornadas);

f) Trabalhos publicados (indicando o local e a data de publicação).

**3.3. Aspectos éticos**

Todo o texto do *curriculum vitae*, incluindo os Anexos, devem cumprir os princípios éticos e deontológicos estabelecidos para a actividade médica, especialmente o que diz respeito à identificação de pessoas (ou estabelecimentos) e ao uso de material de outros autores.

*Nota:* A concepção deste documento teve por base:

1) As regras elaboradas pela Direcção do Colégio de Saúde Pública (com a colaboração das Coordenações do Internato Médico de Saúde Pública) em 16 Novembro 2011, regras aprovadas pelo Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos em 28 Janeiro 2013.

2) Os artigos referentes à Avaliação Final de Internato constantes da Portaria n.º 141/2014, de 8 Julho, que aprova o Programa de Formação do Internato Médico de Saúde Pública.

3) Os artigos referentes a Avaliação Final de Internato, do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 224-B/2015, de 29 Julho.

Porto, Coimbra, Lisboa, 4 de Janeiro de 2017

DIRECÇÃO DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE SAÚDE PÚBLICA